

III INTERNATIONAL MEETING OF SOCIOLOGY (ISSOW)
Education, Employment and Retirement: Transitions in risk societies

26th-27th November 2018 :: Faculdade de Letras, University of Lisbon

. Sessão 5 / Session 5

Ensino superior e o mercado de trabalho - a mesma realidade nas sociedades da Europa do Sul?

Cláudia Urbano
claudia.urbano@fcs.unl.pt
CICS.NOVA – NOVA FCSH

Resumo

O ensino superior é um dos valores-chave mais importantes para a mudança nas sociedades rumo ao desenvolvimento e à modernidade. Analisando os sistemas de ensino superior na Europa, é evidente que o Sul da Europa tem evidenciado diferenças comparativamente ao resto do continente, apesar das estratégias para alcançar uma cultura europeia de ensino superior através da definição de diretrizes de políticas transnacionais de ensino superior. Numa primeira abordagem, olhamos para o ensino superior da Europa do Sul – em concreto Portugal, Espanha, Itália e Grécia – a partir da sua caracterização, da identificação de importantes mudanças sociais e políticas das últimas décadas e das suas políticas públicas de Ensino Superior. Considerando a função social de um sistema de ensino superior como respondendo às necessidades da sociedade e das partes interessadas, a segunda abordagem consistirá em avaliar a relação entre o ensino superior e a qualificação do mercado de trabalho nos países do sul da Europa. Utilizando fontes de dados internacionais, como a OCDE e o Eurostat, com base em dados oficiais e fidedignos para explorar tendências estatísticas, esta reflexão empírica ajudará a comparar a(s) cultura(s) de ensino superior e a sua relação com o mercado de trabalho, identificando aspetos convergentes e divergentes entre os países da Europa do Sul.

Palavras-chave: Ensino superior, mercado de trabalho, Europa do Sul

Introdução

A presente reflexão, em torno do ensino superior e da sua relação com o mercado de trabalho em países do Sul da Europa, surge, em primeira instância, na sequência do projeto de pós-doutoramento FCT SFRH/BPD/110394/2015, intitulado «O ensino politécnico no início do séc. XXI: a relação entre as políticas públicas, a oferta formativa e o contexto social e económico» e no desenvolvimento de uma proposta de análise comparativa entre modelos de formação superior e a relação com o mercado de trabalho. Na sequência da investigação em curso, a participação na 2nd International Conference - ICSR Mediterranean Knowledge sobre culturas mediterrânicas e sociedades do conhecimento, com uma reflexão sobre a existência de similitudes e singularidades nos ensinos superiores de países mediterrânicos, levou a dar continuidade a essa reflexão, apresentando-se aqui alguns dos seus desenvolvimentos. É objetivo desta reflexão a apresentação de uma análise em torno do peso dos diplomados em diferentes setores económicos específicos de mão-de-obra qualificada, em quatro países da Europa do Sul: Portugal, Espanha, Grécia e Itália. O foco sobre os sistemas de ensino superior em alguns países mediterrânicos

européus é justificado pelo facto de que o Sul da Europa ter diferenças face ao resto do continente, apesar do esforço do Processo de Bolonha para assegurar a semelhança nos padrões e qualidade das qualificações superiores nos diversos países europeus. Há entre estes quatro países uma partilha de identidade política cultural e social histórica (Sprague, 2016), e é esse um pressuposto de base nesta reflexão.

A primeira parte da leitura em torno deste tema incide sobre as missões que o ensino superior tem vindo a acumular, para concretizarmos melhor a inevitável ligação que tem, nos dias de hoje, ao mercado de trabalho. A perspetiva comparativa entre os quatro países será transversal a toda a reflexão, começando deste logo num levantamento de informação sobre o desenvolvimento dos seus sistemas de ensino superior. Neste ponto da reflexão estaremos em condições de questionar acerca da existência de uma cultura de ensino superior da Europa do Sul.

Posteriormente, e através de indicadores estatísticos sobre o ensino superior, refletiremos em torno da relação que, nesses quatro países, a formação superior tem com o recrutamento do mercado de trabalho em áreas específicas, partindo da premissa que as áreas selecionadas são, por natureza, áreas de forte recrutamento de mão-de-obra qualificada.

O ensino superior e as suas missões

A educação superior é um dos valores-chave mais importantes nas sociedades modernas. Gera um crescimento económico mais amplo, e gera sucesso individual. Em 1998, a Declaração Mundial sobre Educação Superior (UNESCO, 1998) sublinhou como principais missões dos sistemas de ensino superior a preservação, reforço e expansão da educação e formação, a investigação e a contribuição para o desenvolvimento sustentável e melhoria da sociedade como um todo. Destaca também que o ensino superior adquiriu um papel sem precedentes na sociedade atual, como uma componente vital do desenvolvimento cultural, social, económico e político (UNESCO, 1998). Além da sua primeira missão de construção nacional e estatal e de fornecimento de mão-de-obra qualificada, projetado para moldar a elite nacional, os altos funcionários e graduados nos serviços do setor público (Stamelos e Paivandi, 2015), e da sua segunda missão de formação académica e conhecimento científico, foi adicionada uma terceira missão aos sistemas de educação superior: o envolvimento na comunidade, a oferta de produtos intensivos em conhecimento e uma contribuição fundamental para o crescimento económico e

desenvolvimento regional (Paleari *et al*, 2014). Como estes autores afirmam, na transição das sociedades pré-modernas para as sociedades modernas, na Europa, as mudanças no ensino superior surgiram para responder às mudanças nas procuras e necessidades da sociedade e dos *stakeholders*. A função social dos sistemas de ensino superior é qualificar pessoas para trabalhar como especialistas, profissionais e recursos humanos altamente qualificados para atender às necessidades dos governos, da indústria, da economia e de todos os ramos da sociedade. Além da formação, também fornece um conjunto de serviços e resultados de investigações para a comunidade, tendo um papel importante nas reformas nacionais e institucionais de políticas económicas, tecnológicas, sociais e culturais. Historicamente o desenvolvimento da educação superior está intimamente relacionado com o crescimento da economia e da sociedade, e a missão da universidade evoluiu durante os séculos para responder às necessidades sociais em mudança (Paleari *et al*, 2014).

Uma cultura de ensino superior do Sul da Europa?

O Sul da Europa pode ser considerado como uma entidade regional distinta, pelo seu sistema climático comum e uma expressão geográfica de importância estratégica diferente do Norte da Europa. Mas dentro da zona do Mediterrâneo Europeu, foram desenvolvidas diferentes sociedades e economias. Semelhanças e experiências compartilhadas permitem-nos agrupar a Grécia, Itália, Portugal e Espanha (Lazaridis, 1996) numa certa identidade comum (Williams, 1984), podendo falar-se numa "família de nações", com um padrão semelhante de políticas públicas e uma certa identidade comum.

Tomando cada sistema de ensino superior como único, e considerando as características sociais, políticas, económicas, geográficas e educacionais de Portugal, Espanha, Grécia e Itália, a sua similitude é sustentada numa perspetiva sociológica em busca de experiências compartilhadas e estratégias para o ensino superior. Como afirmou Lazaridis (1996), entre estes países existe um elemento de identidade comum em relação aos principais aspetos e mudanças socioeconómicas, político-económicas e culturais que transformaram toda a região nas últimas décadas. Entre várias características, como estilos económicos, culturas e instituições políticas, estruturas familiares, organizações industriais, estado de bem-estar social, tendências migratórias, religião, entre outras, fica claro que o sistema educativo e especificamente o ensino superior também

podem ser um elemento de uma cultura mediterrânica partilhada. Partilham uma identidade política, cultural, social e histórica, e as suas realidades históricas e políticas influenciam necessariamente os seus sistemas educacionais – desde o desenvolvimento do sistema até as reformas por que têm passado e à definição das suas prioridades atuais (Sprague, 2016). Especificamente considerando o ensino superior, a Declaração de Bolonha é um exemplo de como essas políticas foram definidas para responder ao apelo de harmonização dos sistemas de ensino superior europeus. O processo de Bolonha foi um processo voluntário, intergovernamental, que visa a coordenação de políticas nacionais a fim de alcançar objetivos específicos (Asderaki, 2009).

Outro aspeto comum entre os quatro países refere-se à sua posição num mundo globalizado: apesar da controvérsia científica de classificar hoje esses quatro países como periféricos (eg Gambarotto e Solari, 2014) ou semi-periféricos (por exemplo, Roncevic, 2001), segundo a teoria dos sistemas mundiais de Wallerstein (1979), em ambas as perspetivas a sua não centralidade não é uma questão em aberto, o que nos parece ainda mais claro se considerarmos a sua recente história económica, a sua luta contra a crise económica e social numa Europa a duas velocidades (Vanhercke, Natali, Bouget, 2016; Piris, 2012). Katrougalos e Lazaridis (2003) mostraram como é difícil caracterizar estes quatro países como completamente semelhantes no que se refere aos desenvolvimentos das políticas sociais e a um contexto económico e social político mais amplo: em alguns indicadores, um ou outro pode diferir dos restantes, mas em geral as suas tendências e características são muito diferentes de outros países europeus.

Apesar de singulares diferenças temporais e de pequenos detalhes na estrutura, os quatro países mediterrânicos enfrentaram regimes ditatoriais até meados da década de 1970, e situavam-se atrás no processo de modernização do ensino superior e da sociedade, comparando com países da Europa do Norte e Central. Em todos eles, a transição para um regime democrático influenciou a forma como o ensino superior reassumiu a posição de prioridade: os sistemas de ensino superior avançaram para uma fase de consolidação do ensino superior em massa, seguindo políticas específicas de educação superior em direção a uma sociedade e economia modernas. Em 1999, os Ministros da Educação dos quatro países assinaram a Declaração de Bolonha e iniciaram uma reforma geral do ensino superior para avançar para o Espaço Europeu Comum de Educação

Superior. O Processo de Bolonha deu um novo impulso ao desenvolvimento dos seus sistemas de ensino superior.

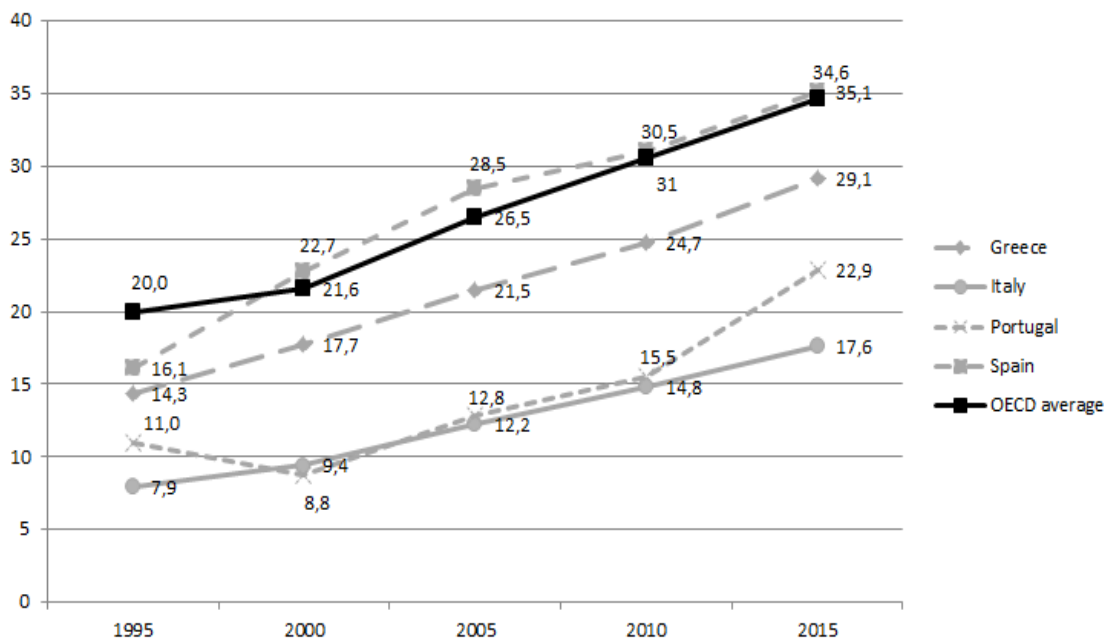
Contudo, em termos políticos e sociais, e mais especificamente no que diz respeito à educação superior, a semelhança processual e a coincidência nas consequências e processos ocorridos nos quatro países não significam homogeneidade interna ou mesmo externa. As diretrizes da Comissão Europeia e os objetivos estratégicos para a Europa 2020 tendem a nivelar os membros da UE em indicadores-chave de educação e valores de referência. Até agora, devemos ter em mente as especificidades de cada país, levando a uma diversidade de situações e instituições de ensino superior. Como van Vught *et al* (2010) afirmaram, a diversidade é um dos principais fatores associados ao desempenho positivo dos sistemas de ensino superior, pois a diversidade atende às necessidades do mercado de trabalho e reforça o vínculo e o papel do ensino superior, da economia e da sociedade, ou seja, um mercado de serviços de formação superior (Santos, 2008). É essa relação entre a formação superior e o mercado de trabalho que pretendemos explorar a seguir.

Dados, metodologia e resultados

Nesta linha de pensamento, os dados empíricos podem nos ajudar a avaliar e medir a intensidade da relação entre a formação superior e o mercado de trabalho nos quatro países em análise. Para tal socorremo-nos de dados de fontes secundárias confiáveis, como sejam a OCDE e o Eurostat. Começamos por medir o nível de qualificações superiores da população em geral e o seu grau de empregabilidade, partindo depois para uma leitura do peso das qualificações superiores em setores específicos das atividades económicas dos países.

O peso da população com ensino superior permite-nos avaliar o crescimento da importância das qualificações superiores nas últimas duas décadas em cada país. Em todos os quatro países há uma tendência de crescimento considerável (figura 1). Apesar do crescimento em todos eles, a comparação entre os quatro países mostra diferentes ritmos de crescimento: apesar da duplicação de valores entre 1995 e 2015, o crescimento é menor em Itália e em Portugal, enquanto na Espanha os números são bastante expressivos e bastante semelhantes à média da OCDE.

Figura 1. Percentagem da população de 25-64 anos com ensino superior (níveis ISCED 2011 5-8) 1995-2015



Fonte: Education at a glance: Educational attainment and labour-force status. OECD (2018), Adult education level (indicator). doi: 10.1787/36bce3fe-en (Acedido em 23 de julho de 2018)

A importância e o investimento no ensino superior aumentaram claramente ao longo das gerações: entre meados da década de 90 e os anos mais recentes, quase duplicou a percentagem de jovens adultos com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos com formação superior concluídas. Este crescimento é transversal a os quatro países, mas com algumas diferenças a destacar: 1) a percentagem da população jovem com ensino superior em Espanha tem estado sempre acima da média da OCDE e dos outros três países, indicando um investimento e cultura diferentes das famílias e das políticas públicas de ensino superior; 2) contrariando a tendência geral de crescimento contínuo, na Espanha há nos anos mais recentes uma estabilização, se não mesmo um ligeiro decréscimo, no peso da população jovem com ensino superior; e 3) o crescimento da proporção de jovens com ensino superior em Itália e em Portugal é ainda maior se considerarmos o seu baixo ponto de partida em meados dos anos 90, triplicando os valores percentuais em duas décadas.

Segundo dados recentes da OCDE, as taxas de desemprego da população graduada variam entre os 19% na Grécia e os 6,8% em Itália, estando Portugal (8,2%) e Espanha (12,4%) no meio; em

qualquer dos casos, os valores destes países situam-se acima da média da OCDE (4,8%). Sabendo que estes números são em geral mais baixos entre a população graduada do que entre pessoas menos qualificadas, os dados do desemprego devem ser lidos com cautela, pois nestes quatro países mediterrânicos alguns fatores externos – e em particular a crise económica – interferiram no sucesso e capacidade de recrutamento de mão-de-obra altamente qualificada por parte do mercado de trabalho, especialmente na última década.

O aumento de população altamente qualificada é um efeito das mudanças económicas, sociais, políticas e culturais rumo à modernização, na medida que a educação impulsiona esse processo de modernização. A detenção de um diploma deve proporcionar vantagens no mercado de trabalho e na tecnologia, na indústria e na economia. Qual o impacto das qualificações mais elevadas no mercado de trabalho? Encontrar emprego após a formação superior não é o único indicador na relação “ensino superior-mercado de trabalho”: o ajuste entre qualificações e competências proporcionadas pelo ensino superior e as necessidades do mercado de trabalho, e os ajustes nas mudanças das carreiras individuais, são outras peças que poderiam ser consideradas.

Colocamos de lado uma análise das carreiras individuais e centramo-nos antes numa análise de emprego qualificado e não qualificado em ocupações específicas. Para tal, usamos dados sobre o emprego e os níveis de educação (de acordo com a classificação ISCED 2011), em particular dados sobre a percentagem de emprego com nível superior em grupos profissionais como sejam os gerentes, profissionais e técnicos e profissionais associados, segundo a classificação ISCO 2008 (OIT, 2012).

A análise é apoiada utilizando dados do Eurostat para os anos entre 1995 e 2016 (os dados mais recentes) e comparando os quatro países mediterrânicos do Sul da Europa com a média da UE-28. Apesar da relação entre estes quatro países e a UE ser histórica e culturalmente diferente da que os membros mais recentes da UE têm, a opção de usar a média da UE-28 permite uma comparação contínua incluindo todos os membros da UE, em vez de se concentrar apenas no “clássico” UE-15. Além disso, as diferenças entre as tendências da UE-28 e da UE-15 são pequenas.

A percentagem geral de representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos (ISCO 2008) com ensino superior é de cerca de 3,5% nos países da UE-28. Nos quatro países mediterrânicos, esta pontuação é inferior, variando de 1,0% em Itália e na Grécia e cerca de 2,5% em Espanha e Portugal no ano mais recente. Apesar dessa diferença, em todos eles fica clara a tendência de crescimento do número de dirigentes e diretores mais qualificados. No entanto, a falta de maior qualificação neste grupo continua a ser uma fragilidade da estrutura do mercado de trabalho.

É entre os especialistas das atividades intelectuais e científicas (ISCO 2008) que a presença de qualificações superiores é inquestionável e tem aumentado a cada década: em 2005, neste grupo os profissionais qualificados eram cerca de 11% na média da UE-28, acima da Grécia e Espanha e cerca de 8% Itália e Portugal; em dez anos, cresceu cerca de 50%, em média, na Europa e em todos os países mediterrânicos, exceto em Portugal, onde mais do que duplicou, mudando de alguma forma a estrutura do mercado de trabalho e as suas qualificações. Além disso, em Espanha, Grécia e Portugal, mais de 90% dos especialistas possuem um diploma de ensino superior, quando a média da UE-28 é inferior em alguns pontos percentuais.

O aumento de técnicos e profissionais associados (ISCO 2008) no mercado de trabalho também é uma realidade, embora em ritmo mais lento e em proporção diferente quando comparado aos dois grupos anteriores. Mais uma vez, a Espanha é particularmente paradigmática dessas tendências crescentes, reforçando a relação entre ensino superior e economia e mercado de trabalho em direção à modernidade, tecnologia e inovação. Em Espanha e na Grécia, os técnicos altamente qualificados são mais de 50%, enquanto a média na UE-28 é de cerca de 40% e em Portugal e na Itália é inferior em 10%.

Aprofundamos a análise sobre a relação entre qualificações mais elevadas e a economia utilizando os dados do Eurostat, de 2008 em diante, sobre o emprego em tecnologia e sectores intensivos em conhecimento, utilizando a classificação NACE (European Commission, 2008) a nível nacional e considerando a percentagem de trabalhadores com ensino superior. É também uma forma de avaliar até que ponto o ensino superior faz parte do motor de modernização da economia e da sociedade. Krings (2006), baseado em Reich (1991, citado por Krings, 2006), menciona a importância do trabalho “simbólico”, criando um espectro visível de atividades

baseadas no conhecimento: conhecimento de produção (pesquisa e desenvolvimento, inovação e produtos orientados para o mercado); direcionamento de conhecimento (administração, gestão, organização); e conhecimento de orientação (consultoria, controle, coordenação), bem como a importância da tecnologia baseada no conhecimento para o processo de decisão política e para o setor de serviço público, e a importância de uma nova classe profissional com perfil profissional específico (baseado na tecnologia e no conhecimento).

Comparando a percentagem de trabalhadores altamente qualificados em diferentes setores nos quatro países e tomando como referência a média da UE-28, é o sector dos serviços, de longe, o mais absorvente de força de trabalho graduada: mais de 80% dos trabalhadores desse setor possuem um diploma de ensino superior. Isto é particularmente evidente na Grécia, em Portugal e na Itália, e não na Espanha. O segundo e terceiro setores mais importantes no recrutamento de mão-de-obra altamente qualificada são a educação (especialmente na Grécia e em Portugal) e as atividades de saúde humana e trabalho social (especialmente em Itália e Portugal). Entre os diferentes setores, destacam-se outros três com cerca de 10% de mão-de-obra graduada: manufatura (mas com percentagens menores na Grécia e em Portugal), comércio grosso e a retalho (mas com valores mais elevados na Grécia e na Espanha) e atividades profissionais científicas e técnicas (com mais 6% na Itália).

Os avanços tecnológicos e a exigência de competências sofisticadas contribuíram para mudanças na estrutura de trabalho em todo o mundo e aumentaram a procura por diplomados do ensino superior, por forma a impulsionar de forma dinâmica a economia europeia (Antonowicz, 2012). Restringindo a análise aos sectores de alta tecnologia, a média na UE-28 é de cerca de 7%. Na Grécia e em Portugal é um pouco menor. Seleccionando alguns dos setores que envolvem alta tecnologia, nota-se a concentração de trabalhadores qualificados em serviços de alta tecnologia intensivos em conhecimento (e, dentro desse grupo, “outros serviços de mercado intensivos em conhecimento, exceto intermediação financeira e serviços de alta tecnologia”) ao comparar por exemplo, com o fabrico com alta tecnologia. Ocorre menos na Espanha, quando comparado com os outros países e com a média da UE-28.

Conclusão

Como Meek *et al* (1991) afirmam, sendo que ainda é totalmente válido, muitos sistemas nacionais de educação superior têm experimentado mudanças profundas, sendo solicitados a participar de forma mais efetiva e eficiente na produção de uma sociedade com melhor formação, culturalmente rica e economicamente mais segura e, portanto, reforçando a relação entre o ensino superior e o mercado de trabalho.

O ensino superior em Portugal, na Grécia, em Espanha e na Itália tem como ponto comum a sua crescente importância como valor central na sociedade, num momento coincidente de mudanças nas dimensões política, económica e social nas últimas quatro décadas. Foram feitas mudanças estruturais significativas nos sistemas educacionais, com reflexos claros sobre o ensino superior. A admissão à União Europeia e a adaptação do sistema de ensino superior às diretrizes de Bolonha também contribuíram para uma consolidação rápida, mais ampla e notável do ensino superior em cada sociedade e em cada economia. Estrategicamente os quatro países têm tentado acompanhar a média da UE em termos de qualificações da população e no emprego de licenciados. Em comparação com a UE-28, a posição atual de cada país nos indicadores educativos e a sua ligação aos indicadores do mercado de trabalho é bastante semelhante, apesar de algumas nuances.

Quando são consideradas ocupações específicas ou sectores de atividade, emergem singularidades entre os quatro países, apesar de uma clara semelhança: em todos eles, as qualificações dos dirigentes gestores executivos estão abaixo da média da UE e o setor dos serviços é o que recruta mais força de trabalho qualificada. Algumas singularidades existem, como o caso da menor percentagem de profissionais qualificados em Itália ou de menos técnicos qualificados em Itália e Portugal, podendo no entanto ser uma consequência (ou uma causa) de uma estrutura diferente da economia e da indústria. Além disso, as diferenças em alguns setores de atividade, em particular aqueles relacionados com o conhecimento intenso em alta tecnologia, podem ocorrer tanto pela estrutura da oferta e procura de cursos em cada país quanto pela estrutura das necessidades do mercado de trabalho. Esta é uma pista para aprofundar em outras análises que pretendemos prosseguir. Parte das singularidades que os países apresentam pode

dependem de outros fatores envolvidos na relação entre o ensino superior e o mercado de trabalho, possivelmente a um nível diferente – regional e local – do que o analisado aqui.

Podem igualmente estar a interferir outros fatores – internos e externos – que não foram controlados neste estudo. Um deles pode dizer respeito à estrutura demográfica da população: como Sprague (2016) sugeriu, a reforma do ensino superior deve ter em conta a tendência de envelhecimento e despovoamento, conferindo implicações significativas na política de ensino superior, aumentando a adaptabilidade e empregabilidade da força de trabalho e a participação da população no mercado de trabalho. Também a migração e especificamente a relacionada à educação terciária, como acontece com a “fuga de cérebros” num mercado de trabalho globalizado, pode ser uma hipótese para algum desajuste entre o ensino superior e o emprego em alguns países. Outra questão profunda é aquela que se refere à forma como a educação e o ensino superior são definidos como campo estratégico para o desenvolvimento económico em cada país, sendo que esta questão está muito dependente da orientação política dos programas.

Em suma, assumindo todas as diferenças e as singularidades entre os quatro países, no confronto com o que são as tendências da Europa em geral, podemos arriscar a existência de realidades muito próximas entre os quatro países na relação entre ensino superior, sociedade e economia. Futuras investigações procurarão tornar mais sólida esta conclusão.

Referências

- Antonowicz, D (2012), “Europe 2050. New Europeans and Higher Education”, in Kwiek, M, Kurkiewicz, A., *The Modernisation of European Universities*, Frankfurt, Peter Lang, pp 113-127.
- Asderaki, F (2009), “The Impact of the Bologna Process on the Development of the Greek Quality Assurance System”, *Quality in Higher Education*, 15:2, pp 105-122, DOI: 10.1080/13538320902995758.
- European Commission (2008), *NACE Rev.2 - Statistical classification of economic activities in the European Community*, Luxembourg, Office for Official Publications of the European Communities, <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3859598/5902521/KS-RA-07-015-EN.PDF/dd5443f5-b886-40e4-920d-9df03590ff91?version=1.0>.
- Gambarotto, F, Solari, S (2014), “The peripheralization of Southern European capitalism within the MEU”, *Review of International Political Economy*, 22:4, pp. 788-812, DOI: 10.1080/09692290.2014.955518.
- Katrougalos, G, Lazaridis, G (2003), *Southern European Welfare States: Problems, Challenges and Prospects*, New York, Palgrave MacMillan.
- Krings, B (2006), “The sociological perspective on the knowledge-based society: assumptions, facts and visions”, MPRA, Paper No. 7110, Online at <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/7110/>.
- Lazaridis, G (1996), “Southern Europe in transition”, *Journal of Area Studies*, Volume 4, Issue 9, pp. 6-16.

Meek, VL *et al* (1991), “Policy change in higher education – Intended and unintended outcomes”, *Higher Education* 21, pp. 451-459.

OIT - ILO International Labour Organization (2012), *ISCO – International Standard Classification of Occupations*, Geneva, ILO, <http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/isco/isco08/>.

Paleari, S, Donina, D, Meoli, M (2014), “The role of the university in twenty-first century European society”, *The Journal of Technology Transfer*, 40(3), pp. 369-379.

Roncevic, B (2001), *Path from the (Semi)Periphery to the Core: On the Role of Socio-Cultural Factors*, IES Proceedings 1.1, aceso a 30 de Abril 2018 em <http://www.ies.ee/iesp/roncevic.pdf>.

Santos, Boaventura de Sousa (2008), *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*, Porto, Edições Afrontamento.

Sprague, T (ed.) (2016), *Education in Non-EU Countries in Western and Southern Europe*, New York, Bloomsbury Academic.

Stamelos, G, Paivandi, S (eds.) (2015), “Access to higher education in Southern Europe”, *Academia*, 5(1), pp. 1-17.

UNESCO (1998), *Higher Education in the Twenty-first Century Vision and Action – Volume 1 – Final Report*, World Conference on Higher Education, Paris.

Van Vught, FA *et al* (2010), *The European Classification of Higher Education Institutions*, Enschede, CHEPS.

Vanhercke, B, Natali, D, Bouget, D (eds.) (2016), *Social policy in the European Union: state of play 2016*, Brussels, European Trade Union Institute (ETUI) and European Social Observatory (OSE).

Wallerstein, I (1979), *The Capitalist World Economy*, New York, Cambridge University Press.

Williams, A (1984), *Southern Europe Transformed: Political and economic change in Greece, Italy, Portugal and Spain*, London, Harper and Row.

Agradecimentos

Esta investigação é apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT/MCTES) – FCT SFRH/BPD/110394/2015 – e a apresentação desta reflexão foi feita com o apoio do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, UID/ SOC/ 04647/2013, com o apoio financeiro da FCT/MCTES através de fundos nacionais.